

Metas com o FMI são ambiciosas

Economista teme que país não consiga cumprir acordo

• O risco de não serem cumpridas as metas do acordo com o FMI para os próximos dois anos preocupa o economista Marcelo Serfaty, sócio do banco Pactual. Ele considera que os superávits previstos para o período são pouco realistas e o esforço fiscal para alcançá-los dependerá do êxito político do Governo. Pelo acordo, estados e municípios sairão de um déficit primário, em 1998, de 0,2% do PIB para um superávit de 0,4% este ano (ajuste de cerca de R\$ 6 bilhões) e de 0,7% do PIB em 2001. Dado o desempenho dos últimos anos das contas de governadores e prefeitos, o mínimo que ele diz a esse respeito é que a meta é ambiciosa.

O corte na folha de pagamentos, um dos principais itens do ajuste, está longe de ser obtido. Os estados que assinaram contratos de renegociação da dívida ainda não moveram uma palha nesse sentido. O economista teme que as despesas com pessoal em proporção à receita estejam em franco cresci-

mento. Parte por causa da queda de arrecadação de ICMS, parte por pura indisciplina fiscal. Em média, 67% do gastos dos estados vão para pagamento de pessoal e previdência (em Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul sobe para mais de 80%).

— É difícil acreditar em um ajuste rápido de estados e municípios diante desses números — diz Serfaty.

As metas previstas para o Governo central também estão ameaçadas. Para atingir os resultados acordados, será preciso um corte substancial nas despesas correntes e de investimento. Na prática, significará riscar tudo o que não for saúde e educação. A expectativa é de queda de receita, porque o Governo vai perder a CPMF e o dinheiro de concessões. Este ano ocorrerá o pico de arrecadação tributária como porcentagem do PIB. Por isso, será preciso um corte proporcional nas despesas, que devem cair de 13,8% do PIB em 98 para 10% em 2001.